



**ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

RESOLUÇÃO Nº 535 / 2004
2ª CÂMARA
SESSÃO DE: 17/08/ 2004
PROCESSO DE RECURSO Nº 1/505/2004
AUTO DE INFRAÇÃO: 1/200315042
RECORRENTE: MAESIO CANDIDO VIEIRA
RECORRIDO: CELULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTANCIA
RELATOR CONS: ILDEBRANDO HOLANDA JUNIOR

EMENTA: Falta de recolhimento do ICMS em virtude de apuração diária. Regime especial de fiscalização e controle. Montante de R\$2.928,90. Dispositivos infringidos 873, II do Dec 24.569/97 e I.N. 063/95, art.123,I,D, Lei 12.670/96. Defesa tempestiva, porém destituída de provas quanto ao mérito. Preliminares afastadas por unanimidade Decisão condenatória. A segunda câmara confirma decisão monocrática por unanimidade de votos.

RELATÓRIO

Trata o presente Auto de Infração de falta de recolhimento do ICMS em virtude de apuração diária realizada através do regime especial de fiscalização e controle conforme portaria nº933/2003 correspondente a apuração diária do dia 12/11/2003 no montante de R\$2.928,90(dois mil novecentos e vinte e oito reais e trinta e noventa centavos). Dispositivos infringidos 873, II do Dec 24.569/97, I.N. 063/95, art.123,I,D, Lei 12.670/96.. Contribuinte impugnou tempestivamente, porém, impugnação e recurso apresentados estavam destituídos de provas quanto ao mérito e com alegações constitucionais que não competem a esta Câmara. As

preliminares afastadas por unanimidade. Decisão condenatória. A segunda câmara confirma decisão monocrática por unanimidade de votos.

VOTO DO RELATOR

A falta de recolhimento de ICMS ficou evidenciada com apuração diária do contribuinte feita pelo fisco confirmando a procedência do feito sujeitando a penalidade no art.878, inciso I, alínea "b" do Dec.24569/97 e perfazendo um montante de R\$2.928,90(dois mil novecentos e vinte e oito reais e trinta e noventa centavos) gerando um crédito tributário que segue demonstrado abaixo. Preliminares afastadas por unanimidade. A defesa tanto na impugnação e no recurso não conseguiu demonstrar a imprestabilidade do feito fiscal. Portanto, voto para que se conheça o recurso voluntário, nego-lhe provimento para confirmar decisão exarada em primeira instancia.


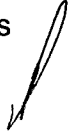
ICMS	R\$ 497,91
MULTA	R\$ 248,96
TOTAL	R\$746,87

DECISÃO:

Vistos, Relatados e Discutidos os presentes autos, em que é recorrente MAESIO CANDIDO VIEIRA e recorrido CELULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTANCIA,

Resolvem os membros da 2ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário negar-lhe provimento, para confirmar a decisão condenatória proferida pela 1ª instancia, nos termos do voto do relator e do parecer da douta Procuradoria Geral do Estado..

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 14 de setembro de 2.004.



Osvaldo José Rebouças
PRESIDENTE 

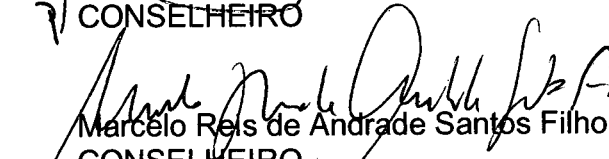

Eliane Resplanda Figueiredo Sá
CONSELHEIRA


Ildebrando Holanda Junior
CONSELHEIRO RELATOR


Dulcimeire Pereira Gomes
CONSELHEIRA


Rodolfo Licurgo Tertulino de Oliveira
CONSELHEIRO


José Maria Vieira Mota
CONSELHEIRO


Marcelo Reis de Andrade Santos Filho
CONSELHEIRO


Regineusa de Aguiar Miranda
CONSELHEIRA


Vanessa Albuquerque Valente
CONSELHEIRO

Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO